



Portaria 02/2021 do 8º Juizado Especial Cível de Curitiba

Portaria Nº 269/2021

RESOLVE, sem prejuízo da observância do contido no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e nas Resoluções emitidas pelo Egrégio Conselho de Supervisão do Sistema de Juizados Especiais, editar as seguintes orientações

Resolve

Adicionar um(a) Conteúdo **PORTARIA Nº 02/2021 - 8º Juizado Especial Cível do Foro Central da Comarca de Curitiba - SUMÁRIO**

[PARTE A. CONSIDERANDOS. 5](#)

[PARTE B. CONSIDERAÇÕES INICIAIS. 8](#)

[PARTE C. PROCESSOS EM GERAL.. 9](#)

[Capítulo I ATOS ORDINATÓRIOS DIVERSOS. 9](#)

[SEÇÃO 1. ASSINATURAS EM EXPEDIENTES. 9](#)

[SEÇÃO 2. ATOS DE OFÍCIO EM EXPEDIENTES. 9](#)

[SEÇÃO 3. ATOS DE OFÍCIO EM PROCESSOS. 9](#)

[Capítulo II JUNTADA.. 12](#)

[SEÇÃO 4. PETIÇÃO SEM MANDATO.. 12](#)

[SEÇÃO 5. JUNTADA DE MANDATO OU SUBSTABELECIMENTO.. 12](#)

[SEÇÃO 6. JUNTADA DE ACORDO.. 13](#)

[SEÇÃO 7. ARQUIVOS DE ÁUDIO OU VÍDEO.. 13](#)

[SEÇÃO 8. JUNTADA DE DOCUMENTO SIGILOSO.. 14](#)

[SEÇÃO 9. JUNTADA DE DOCUMENTO ILEGÍVEL.. 14](#)

[SEÇÃO 10. DILIGÊNCIAS DE OFÍCIO EM JUNTADAS. 14](#)

[SEÇÃO 11. RETIFICAÇÕES DE OFÍCIO NO PROJUDI 15](#)

[Capítulo III CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.. 15](#)

[SEÇÃO 12. CITAÇÕES E INTIMAÇÕES EM GERAL.. 15](#)

[SEÇÃO 13. FALTA DE DADOS PARA INTIMAÇÃO OU CITAÇÃO.. 15](#)

[SEÇÃO 14. ERRO EM INTIMAÇÃO.. 15](#)

[SEÇÃO 15. FRUSTRAÇÃO DE CITAÇÃO OU INTIMAÇÃO POSTAL.. 15](#)

[SEÇÃO 16. INTIMAÇÕES POR APLICATIVOS DE MENSAGEM... 17](#)

[Capítulo IV DECURSO DE PRAZO.. 18](#)

[SEÇÃO 17. DECURSOS EM CASO DE ABANDONO.. 18](#)

[Capítulo V ALVARÁS E OFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE VALORES. 18](#)

[SEÇÃO 18. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS EM GERAL.. 18](#)

[SEÇÃO 19. DILIGÊNCIA PRÉVIA À EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ.. 18](#)

[SEÇÃO 20. VALIDADE E RENOVAÇÃO DOS ALVARÁS. 19](#)

[SEÇÃO 21. OFÍCIO SUBSTITUTIVO DE ALVARÁ.. 19](#)

[Capítulo VI CARTAS PRECATÓRIAS A OUTROS ESTADOS. 20](#)

[SEÇÃO 22. PRECATÓRIAS RECEBIDAS DE OUTROS ESTADOS. 21](#)

[SEÇÃO 23. USO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS EM PRECATÓRIA.. 22](#)

SEÇÃO 24. PRECATÓRIAs EM GERAL..	22
SEÇÃO 25. COBRANÇA DE PRECATÓRIA NÃO CUMPRIDA..	23
Capítulo VII ABANDONO DE PROCESSO..	23
SEÇÃO 26. ROTINA DE ABANDONO DE PROCESSO..	23
Capítulo VIII ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS.	24
SEÇÃO 27. DILIGÊNCIAS EM PROCESSO FINDO..	24
SEÇÃO 28. BAIXAS ANTES DO ARQUIVAMENTO..	24
SEÇÃO 29. DESARQUIVAMENTO..	25
Capítulo IX RECURSOS.	25
SEÇÃO 30. EMBARGOS DECLARATÓRIOS.	25
SEÇÃO 31. ROTINA DE RECURSO INOMINADO..	25
SEÇÃO 32. BAIXA DE AUTOS DA TURMA RECURSAL..	26
PARTE D. PROCESSO DE CONHECIMENTO..	28
Capítulo X ROTINA DE TRATAMENTO DE INICIAL..	28
SEÇÃO 33. CASOS DE CONCLUSÃO IMEDIATA DOS AUTOS.	28
SEÇÃO 34. SUSPEITA DE PREVENÇÃO OU CONEXÃO..	28
SEÇÃO 35. CASOS DE PENDÊNCIAS COM SUSPENSÃO DO PROCESSO..	29
SEÇÃO 36. PROVA DE ENDEREÇO..	29
SEÇÃO 37. DOCUMENTAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA..	30
SEÇÃO 38. PROVIDÊNCIAS EM CASOS DE PENDÊNCIAS.	30
SEÇÃO 39. CASOS DE PENDÊNCIAS SEM SUSPENSÃO DO PROCESSO..	31
SEÇÃO 40. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO..	31
Capítulo XI JUSTIÇA GRATUITA..	32
SEÇÃO 41. PEDIDO DE GRATUIDADE ANTES DA SENTENÇA..	32
SEÇÃO 42. PEDIDO DE GRATUIDADE NA FASE RECURSAL..	33
SEÇÃO 43. PEDIDO DE GRATUIDADE EM OUTRAS SITUAÇÕES.	33
Capítulo XII AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO..	33
SEÇÃO 44. ROTINA DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO..	33
SEÇÃO 45. TRATAMENTO DA ATA DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO..	34
Capítulo XIII FASE DE SANEAMENTO..	34
SEÇÃO 46. ROTINA DE SANEAMENTO..	35
Capítulo XIV FASE INSTRUTÓRIA..	35
SEÇÃO 47. ROTINA DE INSTRUÇÃO..	35
PARTE E. EXECUÇÃO..	37
Capítulo XV EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL..	37
SEÇÃO 48. PRAZO PARA INICIAR A EXECUÇÃO JUDICIAL..	37
SEÇÃO 49. TRATAMENTO DE INICIAL DE EXECUÇÃO JUDICIAL..	37
SEÇÃO 50. DEPÓSITO E PENHORA EM EXECUÇÃO JUDICIAL..	38
Capítulo XVI EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.	38
SEÇÃO 51. TRATAMENTO DA INICIAL DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL..	39
SEÇÃO 52. CITAÇÃO E PENHORA..	39
Capítulo XVII DISPOSIÇÕES COMUNS A TODAS AS EXECUÇÕES.	40
SEÇÃO 53. INCLUSÃO DO(A) EXECUTADO(A) NA SERASAJUD..	41
SEÇÃO 54. DEPÓSITO VOLUNTÁRIO OU ESPONTÂNEO DE VALOR..	42
SEÇÃO 55. OFERTA DE BENS À PENHORA PELO(A) EXECUTADO(A)	42
SEÇÃO 56. PENHORA DE IMÓVEL..	42
SEÇÃO 57. ROTINA DE BUSCA DE BENS.	43
SEÇÃO 58. PENHORA DE DINHEIRO VIA SISBAJUD..	43
SEÇÃO 59. BLOQUEIO VIA RENAJUD E PENHORA DE VEÍCULO..	45
SEÇÃO 60. PENHORA DE ESTOQUE OU OUTROS BENS MÓVEIS.	46
SEÇÃO 61. TRATAMENTO DE PENHORA POSITIVA..	47

Capítulo XVIII DEFESA DO(A) EXECUTADO(A) 47
SEÇÃO 62. EMBARGOS À EXECUÇÃO.. 47
SEÇÃO 63. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.. 48
Capítulo XIX ATOS EXPROPRIATÓRIOS. 48
SEÇÃO 64. ATOS EXPROPRIATÓRIOS. 48
PARTE F. CUSTAS, JUÍZES(AS) LEIGOS(AS) e CONCILIADORES. 50
SEÇÃO 65. CUSTAS. 50
SEÇÃO 66. JUÍZES(AS) LEIGOS(AS) E CONCILIADORES. 50
PARTE G. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS. 51
SEÇÃO 67. DISPOSIÇÕES FINAIS. 51
PARTE H. ANEXOS. 52
SEÇÃO 68. ATOS NORMATIVOS RELEVANTES. 52
SEÇÃO 69. LEGISLAÇÃO RELEVANTE.. 58
SEÇÃO 70. ENUNCIADOS DO FONAJE.. 58
SEÇÃO 71. MATERIAIS RELEVANTES. 59

PORTARIA N° 02/2021

PARTE A. CONSIDERANDOS

A Doutora FERNANDA TRAVAGLIA DE MACEDO, Juíza de Direito Supervisora do 8º Juizado Especial Cível do Foro Central da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o previsto no [artigo 203, parágrafo 4º](#), do Código de Processo Civil, e o [artigo 93, inciso XIV](#), da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no [artigo 152, inciso II](#), do Código de Processo Civil;

CONSIDERANDO a [Lei 11.419/06](#), que dispõe sobre a informatização do processo judicial;

CONSIDERANDO o disposto no [artigo 14](#) do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça no sentido de que o(a) Juiz(íza) Supervisor(a) poderá, mediante Portaria, autorizar o(a) secretário(a) ou servidores do Poder Judiciário a praticar atos de administração e de mero expediente sem caráter decisório independentemente de despacho judicial, assim como o contido no [artigo 357](#) do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;

CONSIDERANDO que nos Juizados Especiais os processos, em regra, não são impulsionados mediante despacho inicial;

CONSIDERANDO a necessidade de agilização do andamento dos processos ([artigo 2º](#) da Lei Federal nº 9.099/95 e [artigo 139, II](#), do Código de Processo Civil) e otimização dos serviços da Secretaria;

CONSIDERANDO o contido na [Resolução nº 03/2009](#) do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que dispõe sobre o processo eletrônico no âmbito dos Juizados Especiais do Poder Judiciário do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO o teor do [Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça \(Provimento 282/2018\)](#);

RESOLVE, sem prejuízo da observância do contido no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e nas Resoluções emitidas pelo Egrégio Conselho de Supervisão do Sistema de Juizados Especiais, editar as seguintes orientações:

PARTE B. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Art. 1º Considera-se ato ordinatório, para os fins desta Portaria, todo ato sem caráter decisório, necessário ou útil à movimentação processual, atinente ao próprio rito previsto nas leis específicas, que não traga gravame às partes.

Art. 2º A Secretaria praticará de ofício, nos processos cíveis a seu cargo, os atos ordinatórios, independentemente de despacho ou conclusão, salvo em caso de dúvida, hipótese em que os autos deverão ser submetidos à apreciação do Juízo, com certidão ou informação.

Para instruções de como realizar a conclusão ou remessa dos autos, aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

§ 1º Excetuadas as hipóteses dos [artigos 237 e 241](#) do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, todo ato ordinatório praticado será certificado nos autos, com a observação de que é praticado por ordem do(a) Juiz(íza), com indicação do número desta Portaria e, se for o caso, seguido de intimação aos interessados.

§ 2º A certidão conterà, além do que mais for necessário, o endereço de internet onde o inteiro teor desta Portaria permanecerá acessível para consulta dos interessados (artigo sétimo, parágrafo segundo, da [Instrução Normativa conjunta nº 05/2019](#)).

§ 3º Os atos ordinatórios e certidões respectivas serão assinados pelo(a) servidor(a) que os expedir.

PARTE C. PROCESSOS EM GERAL

Ao longo do documento serão sugeridos agrupadores de conclusão. Para instruções de como cadastrar e utilizar agrupadores, aponte sua câmera para os **QR Codes** abaixo ou clique [aqui](#) ou [aqui](#).

Capítulo I ATOS ORDINATÓRIOS DIVERSOS

SEÇÃO 1. ASSINATURAS EM EXPEDIENTES

Art. 3º O expediente do Juízo será assinado exclusivamente pela Secretaria.

Art. 4º Compreendem-se por expediente do Juízo as correspondências, os ofícios, os mandados, e as certidões que não forem internas ao processo.

Art. 5º É vedado à Secretaria subscrever:

I Os ofícios e alvarás para levantamento de depósito;

II As cartas precatórias;

III Os ofícios dirigidos a outro(a) Juiz(íza), a membro do Tribunal ou às demais autoridades constituídas, tais como membros do Ministério Público, integrantes

dos Poderes Legislativo e Executivo, seus secretários/secretárias ou detentores de cargos assemelhados, e, ainda, aos presidentes do Conselho Federal, da Seção e da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil;

IV Os ofícios de requisição de força policial.

SEÇÃO 2. ATOS DE OFÍCIO EM EXPEDIENTES

Art. 6º Compete à parte, que realizar entrega de petição em balcão, o fornecimento de cópia para protocolo. Não o fazendo, será informada de que a cópia estará disponível nos autos eletrônicos, com menção à data e hora do protocolo.

Art. 7º É vedado à Secretaria receber de advogado(a) petição ou qualquer documento em meio físico (artigos [166](#) e [237, I](#) do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça).

SEÇÃO 3. ATOS DE OFÍCIO EM PROCESSOS

Art. 8º Realizar, nos processos de conhecimento ou execução, de ofício, as seguintes providências:

I - O apensamento de embargos de terceiros, exceções e pedido de cumprimento provisório, nos autos principais;

Para instruções de como cadastrar um procedimento em apenso, aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

II - Quando do comparecimento das partes na Secretaria, deverão ser atualizados os dados pessoais, endereço, telefones e endereço eletrônico, a fim de viabilizar intimações futuras. Deverá também ser questionado, caso ainda não ocorrido, sobre a adesão ao sistema de intimação por *WhatsApp* ([Instrução Normativa Conjunta nº 01/2017](#) - Corregedoria-Geral da Justiça e 2ª Vice-Presidência);

III - A suspensão do processo por **30 (trinta) dias** e a intimação das partes para requererem o que for de direito, quando houver notícia do falecimento de parte;

IV- Promover a suspensão do processo sempre que houver pedido da parte reclamante/exequente ou pedido conjunto das partes, por uma única vez e por prazo de **até 90 (noventa) dias**. Decorrido o prazo de suspensão, intimar a parte reclamante/exequente para promover o andamento do feito, em 05 dias, sob pena de extinção;

Para instruções de como realizar a suspensão/sobrestamento dos autos, aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

V - A certificação do trânsito em julgado da sentença;

VI - A remessa à contadoria, para elaboração dos cálculos em execução, ou atualização, se, cumulativamente, houver pedido, a conta datar de seis meses ou mais, e o(a) credor(a) não tiver advogado(a);

VII - A intimação do(a) interessado(a) para fornecer o endereço do(a) destinatário(a) das diligências que requereu.

VIII - Recebido o processo de outro juízo em razão de conexão ou repetição de ação, apensá-lo ao processo principal e cumprir, em relação ao prosseguimento do feito, as diligências previstas nesta Portaria.

Capítulo II JUNTADA

SEÇÃO 4. PETIÇÃO SEM MANDATO

Art. 9º Juntada petição firmada por advogado(a) sem mandato, que não tenha requerido prazo para juntá-lo, intimar o(a) advogado(a) para exhibir a procuração, sob pena de invalidação do movimento. Decorrido sem atendimento o prazo requerido, ou o concedido no ato ordinatório, invalidar o movimento certificando o motivo, e proceder como caberia se não houvesse aquela petição.

Parágrafo único. Se a petição em questão é a inicial, decorrido o prazo, em vez de invalidar a movimentação, certificar e fazer conclusão.

Para instruções de como invalidar uma movimentação, aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

SEÇÃO 5. JUNTADA DE MANDATO OU SUBSTABELECIMENTO

Art. 10 Juntados instrumentos de mandato e substabelecimentos, ou ata de audiência em que parte haja constituído ou confirmado advogado(a), observar se há requerimento de intimação dirigida a determinado(a) procurador(a), promovendo, nesse caso, as alterações necessárias no Projudi.

Parágrafo único. Se for requerida a intimação dirigida a advogado(a) não cadastrado(a) no Projudi ou sem procuração, intimar o(a) signatário(a) do requerimento para regularizar, providenciando o dito cadastro ou apresentando o respectivo instrumento de procuração ou substabelecimento. Se não houver a regularização, fazer conclusão para análise do pedido de intimação dirigida.

Para instruções de como cadastrar e alterar partes, aponte sua câmera para os **QR Codes** abaixo ou clique [aqui](#) ou [aqui](#).

Art. 11 Juntada renúncia ao mandato com prova da ciência ao mandante, e sem constituição de advogado(a) substituto(a), desabilitar do processo o(a) procurador(a) que renunciou e intimar a parte para constituir novo(a) procurador(a), sob pena de:

- I** continuação do processo sem advogado(a), qualquer que seja a parte, se o valor da causa não superar 20 salários mínimos;
- II** extinção do feito, se a renúncia for do(a) advogado(a) do(a) reclamante e o valor da causa superar 20 salários mínimos;
- III** seguimento do processo à revelia se a renúncia for do(a) advogado(a) do(a) réu(ré) e o valor da causa superar 20 salários mínimos.

Parágrafo único Adotar as mesmas providências acima caso seja comunicado o falecimento de advogado(a).

SEÇÃO 6. JUNTADA DE ACORDO

Art. 12 Juntado acordo por petição, ou ata de audiência contendo transação, manter a audiência de conciliação ou instrução designada e intimar para regularizar, se:

- I** o(a) advogado(a) que firma o acordo não tem poderes para transigir, nem atua em causa própria, e a parte não firmou pessoalmente a petição;
- II** o acordo não abrange todas as partes do processo, e não consta no acordo expressamente o pedido de prosseguimento, ou a desistência, quanto aos que não o

firmam;

III tratando-se de pessoa jurídica, não constar nos autos cópia de seus atos constitutivos, demonstrando que a pessoa que assinou o acordo em seu nome tem poderes para tanto.

Parágrafo único. Só fazer a conclusão se não houver as pendências acima, ou depois de decorrido o prazo de regularização, certificando em todo caso.

SEÇÃO 7. ARQUIVOS DE ÁUDIO OU VÍDEO

Art. 13 Inserir no processo eletrônico as gravações de áudios e vídeos fornecidas em mídia pela parte que não tiver advogado(a), para prova em processos, se forem fornecidas em formato aceito pelo Projudi, restituindo ao(à) interessado(a) o suporte, no prazo de 24 horas.

§ 1º Se o formato não for o aceito pelo Projudi, recusar a mídia oferecida, ou, se já foi recebida, intimar o(a) interessado(a) para retirá-la, e apresentar outra, no formato correto, sob pena de preclusão da prova.

§ 2º Havendo insistência da parte para recebimento da mídia em formato inadequado, certificar e fazer conclusão.

§ 3º Em nenhuma hipótese receber os documentos referidos no *caput* de advogado(a) ou parte assistida por advogado(a).

Art. 14 Juntada petição contendo *links* para vídeos ou áudios armazenados fora do Projudi, intimar a parte que peticionou para juntar o arquivo de áudio ou vídeo nos autos, ou disponibilizá-lo em Secretaria para juntada, sob pena de ser considerada inexistente a prova.

SEÇÃO 8. JUNTADA DE DOCUMENTO SIGILOSO

Para instruções de como realizar a alteração de nível de sigilo, aponte sua câmera para os **QR Codes** abaixo ou clique [aqui](#) ou [aqui](#).

Art. 15 Juntado documento protegido por sigilo fiscal, aplicar classificação de sigilo médio aos sequenciais respectivos.

Art. 16 Juntada petição pedindo aplicação de segredo de justiça sobre o processo, ou aplicação de sigilo sobre determinada movimentação processual, atender imediatamente ao pedido, certificar e fazer conclusão dos autos, para ratificação ou revogação do sigilo (artigo 28, parágrafo segundo, da [Resolução nº 185/2013](#) do Conselho Nacional de Justiça).

SEÇÃO 9. JUNTADA DE DOCUMENTO ILEGÍVEL

Art. 17 Juntado documento corrompido ou ilegível, suspender as demais diligências cabíveis, e intimar quem o juntou para substituir por nova cópia, apta, sob pena de invalidação do sequencial e preclusão da prova.

Parágrafo único. Decorrido o prazo sem regularização, invalidar o movimento referente ao documento, e prosseguir o trâmite do feito.

Art. 18 Juntado documento sem nomenclatura específica, na forma do artigo [169, III](#), do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, intimar quem o juntou para corrigir a falha.

SEÇÃO 10. DILIGÊNCIAS DE OFÍCIO EM JUNTADAS

Art. 19 Intimar as partes para ciência e manifestação, em cinco dias, quando houver juntada de:

I resposta a ofícios expedidos;

II resultado negativo de diligências (avisos de recebimento, mandados, precatórias ou qualquer outro expediente);

III documentos em resposta à requisição ou à diligência do juízo;

IV documentos pela parte adversa (considerando-se como documento, também, a imagem desse que constar do corpo de petição), exceto procuração e cópia de acórdãos, decisões e sentenças;

V cálculo, conta de atualização, laudo ou auto de avaliação, reavaliação ou atualização da avaliação.

Parágrafo único. Fica a Secretaria autorizada a reiterar por uma vez a expedição de ofícios não respondidos no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 20 Os incidentes processuais distribuídos como tal serão autuados em apenso e conclusos em seguida.

SEÇÃO 11. RETIFICAÇÕES DE OFÍCIO NO PROJUDI

Art. 21 Retificar os registros eletrônicos e comunicar ao(à) Distribuidor(a) ([artigo 67](#) do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça) sempre que detectado erro ou determinada a inclusão ou a exclusão de parte no polo ativo ou passivo da ação, bem como expedir ofício a respeito à central do sistema Projudi, se preciso.

Art. 22 Efetivar a retificação de dados básicos do processo, como alteração da classe processual, quando detectado equívoco.

Capítulo III CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

SEÇÃO 12. CITAÇÕES E INTIMAÇÕES EM GERAL

Art. 23 Toda vez que o despacho determinar intimação sem fixar prazo para cumprimento, se não for prazo legal, a carta ou mandado constará o prazo de 5 (cinco) dias.

SEÇÃO 13. FALTA DE DADOS PARA INTIMAÇÃO OU CITAÇÃO

Art. 24 Identificando que a qualificação e o endereço do citando ou intimando estão incompletos, intimar a parte interessada para completá-los.

Parágrafo único. É dispensada a providência deste artigo se a única informação faltante for o endereço eletrônico ou se a parte já tiver informado expressamente que não possui os dados remanescentes.

SEÇÃO 14. ERRO EM INTIMAÇÃO

Art. 25 Ocorrendo erro ou omissão evidente de elemento indispensável na intimação efetuada, certificar, e proceder à renovação do ato, independentemente de despacho ou de reclamação da parte.

SEÇÃO 15. FRUSTRAÇÃO DE CITAÇÃO OU INTIMAÇÃO POSTAL

Art. 26 Tratar como válida a intimação postal enviada ao endereço anteriormente informado pela parte nos autos.⁽¹⁾

Art. 27 Fora da hipótese do artigo anterior, expedir mandado ou carta precatória para citação ou intimação quando a carta postal retornar com as observações *ausente, não atendido, ou recusado*.

Parágrafo único. Nos casos em que a citação se referir a grandes litigantes e o(a) servidor(a) verificar que o endereço cadastrado não é aquele no qual usualmente são recebidos os expedientes enviados, realizar a alteração do endereço cadastrado nos autos, certificando a origem do novo endereço.

Para instruções de como expedir um mandado judicial, aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

Art. 28 Resultando negativa a diligência citatória ou intimatória, depois de esgotados os meios para a efetivação do ato, intimar a parte interessada para manifestação.

I Se a parte interessada informar elemento novo que permita a realização da diligência frustrada, em tempo hábil, providenciar a imediata renovação do ato por qualquer meio idôneo de comunicação, repetindo a rotina deste artigo se houver nova frustração;

II Se a parte interessada requerer a realização de diligências visando à busca de endereços, efetuar a pesquisa junto aos sistemas informatizados disponíveis à Secretaria, observando, ainda:

a) na hipótese de não ter sido informado pela parte interessada o CPF ou CNPJ a ser consultado, intimar a parte interessada para apresentar tal informação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento do pedido;

b) resultando a busca de endereço positiva, renovar a citação/intimação com observância do novo endereço, redesignando-se, se for o caso, a audiência, caso não haja tempo hábil para aproveitamento da data;

c) resultando a busca negativa, intimar a parte interessada para promover o andamento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção;

d) caso o resultado da busca indique vários endereços, intimar a parte para apontar em qual deles deverá ser cumprida a diligência, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção;

e) expedir os atos de citação e intimação somente com observância dos endereços em que não foram realizadas diligências negativas anteriores.

Art. 29 - Verificada a demora no cumprimento, promover a notificação dos Oficiais de Justiça para a devolução dos mandados devidamente cumpridos ou para apresentação de justificativa, no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Caso infrutífera a cobrança, encaminhar os autos à conclusão para análise das providências cabíveis.

SEÇÃO 16. INTIMAÇÕES POR APLICATIVOS DE MENSAGEM

Art. 30 As intimações por aplicativo de mensagens serão enviadas a partir do aparelho celular destinado à secretaria judicial exclusivamente para essa finalidade.

Art. 31 A adesão ao procedimento de intimação por aplicativo de mensagens é voluntária (conforme [Instrução Normativa Conjunta nº 01/2017](#) - Corregedoria-Geral da Justiça e 2ª Vice-Presidência).

Art. 32 Os interessados em aderir à modalidade de intimação por aplicativo de mensagens deverão preencher e assinar o Termo de Adesão ao *WhatsApp* a ser

entregue pela secretaria e informar o número de telefone respectivo.

Art. 33 Ao aderir ao procedimento de intimação por aplicativo de mensagens, o aderente declarará que:

- I** concorda com os termos da intimação por meio do aplicativo de mensagens;
- II** possui o aplicativo de mensagens instalado em seu celular, tablet ou computador e que manterá ativa, nas opções de privacidade do aplicativo, a opção de recibo/confirmação de leitura;
- III** foi informado do número de aplicativo de mensagens que será utilizado pela secretaria judicial para o envio das intimações;
- V** confirma como válidas as mensagens que forem entregues ao número de celular que informou, enquanto não comunicar à Secretaria sua substituição, extravio ou furto, ou a revogação de sua adesão ao sistema;
- VI** foi cientificado de que o juízo, em nenhuma hipótese, solicita dados pessoais, bancários ou qualquer outro de caráter sigiloso, limitando-se o procedimento à realização de atos de intimação;
- VII** foi cientificado de que as dúvidas referentes à intimação deverão ser tratadas, exclusivamente, no cartório da secretaria que expediu o ato, e que, na hipótese de intimação para comparecimento, deverá dirigir-se às dependências do fórum localizado na respectiva circunscrição judiciária.

Art. 34 No ato da intimação, o(a) servidor(a) responsável encaminhará pelo aplicativo de mensagens a imagem do pronunciamento judicial (despacho, decisão ou sentença), com a identificação do processo e das partes.

Art. 35 Considerar realizada a intimação no momento em que for disponibilizado o ícone do aplicativo de mensagens indicador de mensagem entregue, ou quando, por qualquer outro meio idôneo, for possível identificar que a parte tomou ciência.

Capítulo IV DECURSO DE PRAZO

Para instruções de como realizar a análise de decurso de prazo, aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

SEÇÃO 17. DECURSOS EM CASO DE ABANDONO

Art. 36 Iniciar a rotina de abandono de processo, prevista nesta portaria ([Seção 26](#)), sempre que decorrido prazo:

- I** de suspensão de processo por prazo determinado, e a parte, intimada para prosseguir, silenciar ou pedir renovação da suspensão;
- II** para a realização de alguma diligência indispensável para o prosseguimento do feito a cargo da parte, e esta, no decurso, silenciar.

Capítulo V ALVARÁS E OFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE VALORES

SEÇÃO 18. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS EM GERAL

Art. 37 A expedição de alvará de levantamento ou ofício para transferência de valores somente ocorrerá depois de proferida a determinação judicial, salvo nas hipóteses dos artigos 118, § 3º e 121, § 2º, desta Portaria.

Art. 38 O alvará ou ofício para levantamento de valores, quando não for o caso de alvará/transferência eletrônica, só será entregue à parte beneficiária ou advogado(a) com procuração nos autos, ou somente à própria parte beneficiária, se não tiver advogado(a).

SEÇÃO 19. DILIGÊNCIA PRÉVIA À EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ

Art. 39 Antes de expedir alvará, ou ofício de transferência de numerário em substituição a alvará, a secretaria certificará se consta penhora no rosto dos autos contra a parte beneficiária do alvará, e, em caso positivo, em que sequência está. Nesse caso, o alvará não será expedido, e os autos irão conclusos com a certidão.

Art. 40 Antes da expedição de alvará em nome do(a) procurador(a) da parte, deverá a secretaria verificar se o(a) advogado(a) possui procuração com poderes para receber e dar quitação. Em caso negativo, certificar e intimar desde logo a parte para regularização da falha em 05 (cinco) dias. Suprida a falha, expedir desde logo o alvará em caso de autorização judicial anterior.

Art. 41 Antes da expedição de alvará em nome de eventual sociedade de advogados, deverá a secretaria verificar se a sociedade possui indicação na procuração com poderes para receber e dar quitação. Em caso negativo, certificar e intimar desde logo a parte para regularização da falha em 05 (cinco) dias. Suprida a falha, expedir prontamente o alvará em caso de autorização judicial anterior.

SEÇÃO 20. VALIDADE E RENOVAÇÃO DOS ALVARÁS

Art. 42 O alvará terá validade de 60 (sessenta) dias.

§ 1º O prazo previsto no *caput* será prorrogado automaticamente, por ato ordinatório, uma única vez e por até 90 (noventa) dias, a pedido do(a) interessado(a).

§ 2º A Secretaria providenciará a reexpedição do alvará nos casos em que a parte, ou procurador(a) judicial com poderes para receber e dar quitação, indicar o nome de outro(a) advogado(a) com os mesmos poderes.

Art. 43 Caso o alvará, retirado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da confecção não tenha sido levantado na respectiva agência bancária, deverá a parte interessada revalidá-lo em Secretaria.

SEÇÃO 21. OFÍCIO SUBSTITUTIVO DE ALVARÁ

Art. 44 Se a parte beneficiária da ordem judicial de expedição de alvará requerer a expedição de ofício de transferência para conta bancária, em vez do alvará para saque, a secretaria atendê-lo-á, por ato ordinatório independente de despacho, desde que o(a) interessado(a) forneça dados suficientes da identificação da conta e seu titular.

§ 1º Se a conta bancária indicada pelo(a) procurador(a) não for de titularidade do(a) credor(a) do alvará, o pedido só será atendido se o(a) advogado(a) que indicou a conta destinatária tiver procuração com poderes específicos para receber e dar quitação.

§ 2º No caso do parágrafo precedente, a Secretaria certificará a localização da dita procuração nos autos, na forma da [Seção 19](#).

§ 3º Em todo caso, o ofício substitutivo de alvará só será expedido por ato ordinatório se o beneficiário da transferência for parte ou advogado(a) regularmente habilitado(a) no processo eletrônico em questão e com poderes para receber e dar quitação.

§ 4º Solicitada expedição do ofício substitutivo em favor de quem não se enquadre nas situações admitidas neste artigo, a Secretaria intimará o(a)

interessado(a) para reformular o pedido em termos, e, no silêncio, expedirá alvará nos termos da [Seção 19](#).

Capítulo VI CARTAS PRECATÓRIAS A OUTROS ESTADOS

Para instruções de como expedir uma carta precatória, aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

Art. 45 As cartas precatórias a serem expedidas para outros Estados, para execução por quantia certa, avaliação e demais atos executórios conterão a indicação da agência bancária da Caixa Econômica vinculada a este Juizado, conta atualizada do débito principal e dos acessórios, além de todas as eventuais despesas processuais relativas ao juízo deprecante, razão pela qual, antes da expedição, deverá a secretaria viabilizar a atualização do débito ou intimar a parte autora, se advogado(a) possuir, para fornecer o valor atualizado da dívida.

Art. 46 Promoverá a secretaria expedição de ofício ou, preferencialmente, informação via meios eletrônicos de comunicação oficial (Malote Digital) ao(à) escrivão(ã)/secretário(a) do Juízo Deprecado solicitando a devolução da carta precatória devidamente cumprida quando findo o prazo assinalado para seu cumprimento.

Para instruções de como utilizar o malote digital, aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

Art. 47 Quando, em relação às cartas precatórias expedidas pelo juízo não estiverem sendo respondidos ofícios versando acerca de informações sobre o cumprimento do ato junto ao juízo deprecado, a secretaria deverá estabelecer contato telefônico com o titular da respectiva secretaria com a finalidade de obter as informações diretamente, certificando tudo nos autos ([artigo 303](#) do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça).

Art. 48 Eventuais ofícios de solicitação de informações pelo Juízo Deprecado serão, como regra, respondidos via correio eletrônico/malote digital por ele indicado, certificando-se nos autos e instruindo com os respectivos documentos, quando houver solicitação nesse sentido.

Art. 49. Se a carta precatória for devolvida à secretaria com diligência parcial ou totalmente infrutífera, ou seja, sem a prática de todos os atos determinados, intimará a parte interessada para dar atendimento às diligências solicitadas no prazo de 05 (cinco) dias e/ou se manifestar sobre atos deprecados não concretizados, sob pena de extinção.

Art. 50 Salvo determinação judicial em contrário, nas precatórias constará o prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento. Para a resposta a expediente do juízo, o prazo será de 10 (dez) dias.

Art. 51 Solicitar a devolução da carta precatória expedida, independentemente de cumprimento, quando houver pedido nesse sentido pela parte a quem aproveita a diligência ou quando o processo principal for extinto com ou sem resolução do mérito.

SEÇÃO 22. PRECATÓRIAS RECEBIDAS DE OUTROS ESTADOS

Art. 52 Cumprir, nas precatórias recebidas de outros Estados, conforme for o caso, servindo a carta como mandado:

- I** A citação ou intimação deprecadas; ou
- II** A penhora e demais atos executórios; ou
- III** As intimações necessárias após designada a pauta para inquirição de testemunha ou parte.

Art. 53 Devolver a precatória ao deprecante, com as baixas, anotações e comunicações necessárias, se:

- I** Cumprido o ato deprecado; ou
- II** O pedir o deprecante; ou
- III** Houver requerimento nesse sentido, feito pela parte a quem aproveitava o ato deprecado;
- IV** O(a) interessado(a), intimado(a) para praticar ato necessário ao andamento da precatória, omitir-se ao fim do prazo; ou
- V** Frustrado o ato deprecado, a parte interessada não tiver advogado(a).

Art. 54 Recebida carta precatória para citação da parte para comparecimento em audiência de conciliação ou instrução e julgamento, e em face da proximidade da audiência que torne inviável a prática do ato por oficial de Justiça ou que a data da audiência já tenha ocorrido, deverá certificar o fato e promover a imediata devolução da precatória, independentemente de despacho judicial.

Art. 55 As cartas precatórias destinadas à penhora/avaliação ou intimação/citação, a serem cumpridas imediatamente e independentemente de deliberação judicial, quando certificado, nos autos, pelo(a) Oficial de Justiça, a inexistência de bens ou não localização do(a) devedor(a), da parte ou da testemunha, deverão ser imediatamente restituídas ao Juízo de origem, independentemente de despacho judicial, comunicando ao distribuidor e cancelando eventual audiência.

SEÇÃO 23. USO DE SISTEMAS ELETRÔNICOS EM PRECATÓRIA

Art. 56 Se o objeto da precatória for a realização de diligência, de busca ou de bloqueio, em sistema eletrônico, ou se pedido para utilização de um desses sistemas for formulado por parte, efetuar conclusão sem realizar nenhum outro ato ordinatório.

SEÇÃO 24. PRECATÓRIAS EM GERAL

Art. 57 Se faltarem dados, ou documentos, necessários para cumprimento da precatória, expedir ofício ou ferramenta de comunicação ao Juízo Deprecante, a ser firmado pelo Juiz(íza), caso, após conferência prévia, faltar à carta precatória algum dos requisitos estabelecidos no [art. 260](#) do Código de Processo Civil, e, em se tratando de carta precatória para execução por quantia certa, de conta atualizada do débito principal e acessórios, devolvendo-a caso não haja resposta no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 58 - Promover o cumprimento integral das cartas precatórias, inclusive aquelas que visem à realização de audiência, procedendo-se à designação da audiência pertinente ao objeto deprecado e demais atos necessários à sua realização, com posterior devolução, observando-se que:

- a) quando necessário, deverão ser solicitadas ao Juízo Deprecante informações ou documentos necessários ao cumprimento do ato deprecado;
- b) deverá se aguardar o prazo de 30 (trinta) dias pela resposta do Juízo Deprecante e promover a devolução das cartas precatórias após tal prazo, caso não tenha sido efetivada diligência que competia ao referido Juízo;

- c) responder a todas as comunicações encaminhadas pelo Juízo Deprecante;
- d) proceder à devolução da carta precatória sempre que houver solicitação do Juízo Deprecante;
- e) remeter a carta precatória ao destino competente, em virtude de seu caráter itinerante, com ciência ao Juízo Deprecante;
- f) proceder à devolução da carta precatória à origem quando não localizada a pessoa a ser intimada e não houver indicação de seu novo endereço.

Art. 59- Quando o endereço para a prática do ato deprecado pertencer à jurisdição diversa ou quando tiver por objeto matérias definidas como de competência do Primeiro, Terceiro, Sétimo e Décimo Quinto Juizados Especiais deste Foro Central, a teor da Resolução 12/2010 e 93/2013 - OE, a Secretaria certificará o fato nos autos e promoverá o devido encaminhamento independentemente de deliberação judicial.

Art. 60- Recebida carta precatória, a Secretaria, independentemente de determinação judicial, comunicar-se-á ao Juízo deprecante o número da autuação e outros dados importantes para o cumprimento do ato, tais como a data da audiência designada, a expedição de mandados, etc., dando-se preferência pela comunicação via sistema, e, não sendo possível, por meio de ofício.

Art. 61 A expedição de mandado regionalizado ([Instrução Normativa nº 25/2020](#)) será sempre, quando possível, a opção prioritária.

SEÇÃO 25. COBRANÇA DE PRECATÓRIA NÃO CUMPRIDA

Art. 62 Decorridos 30 (trinta) dias do recebimento, sem cumprimento, efetuar a cobrança da precatória, na forma dos [artigos 303 e 304](#) do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, e fazer conclusão do processo principal, com certidão, se não houver resposta em dez dias contados da cobrança.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica se for precatória para inquirição, e houver designação de data para o ato deprecado.

Capítulo VII ABANDONO DE PROCESSO

SEÇÃO 26. ROTINA DE ABANDONO DE PROCESSO

Art. 63 Intimar o(a) reclamante ou exequente para dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção, quando a continuidade do processo depender de diligência sua.

§ 1º A intimação conterà a advertência de que ocorrerá a extinção do processo em caso de inércia.

§ 2º A intimação será feita apenas na pessoa do(a) advogado(a), se a parte o tem, e em caso contrário, será feita a intimação pessoal.

§ 3º Decorrendo prazo sem realização da diligência, promover a suspensão do processo por 30 dias, remetendo-se os autos à conclusão no agrupador apropriado para análise da extinção nos termos dos artigos 485, inciso III, do Código de Processo Civil e 51, § 1º, da Lei nº 9.099/95

Sugestão de agrupador: Sentença extinção abandono.

Art. 64 Não se realizará a intimação do artigo antecedente, nas execuções, se o(a) exequente já foi intimado(a) para indicar bens penhoráveis do(a) executado(a),

caso em que, no decurso, far-se-á conclusão no agrupador apropriado, não havendo necessidade de suspensão prévia por 30 dias.

Sugestão de agrupador: Execução - ausência de bens - extinção

Capítulo VIII ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

SEÇÃO 27. DILIGÊNCIAS EM PROCESSO FINDO

Para instruções de como realizar o arquivamento dos autos, aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

Art. 65 Certificado o trânsito em julgado, e intimadas as partes da baixa dos autos, se houve recurso, se nada requererem em 30 (trinta) dias, arquivar o processo, com as baixas, anotações e comunicações necessárias.

§ 1º Se houver precatória expedida e pendente, solicitar a devolução sem cumprimento.

§ 2º Se houver valores depositados nos autos, certificar e efetuar a conclusão ao fim do prazo do *caput*.

§ 3º Sendo caso de improcedência de todos o(s) pedido(s) ou de extinção do feito sem resolução de mérito, arquivar o processo, com as baixas, anotações e comunicações necessárias logo após certificado o trânsito em julgado.

§ 4º Não possuindo o vencedor advogado(a) nos autos, deverá ser esclarecido, via intimação, que, em 30 dias, poderá requerer a execução do julgado.

SEÇÃO 28. BAIXAS ANTES DO ARQUIVAMENTO

Art. 66 Antes do arquivamento, serão procedidas, e certificadas, as seguintes diligências, ou a desnecessidade delas:

I Baixa de bloqueio de veículo feita via Renajud;

II Baixa de bloqueio efetuado via Sisbajud;

III Baixa de restrição, inserida por ordem judicial, em cadastro restritivo de crédito, consoante previsão expressa do artigo 782, § 4º, do Código de Processo Civil;

IV Levantamento de penhora ou arresto, com cancelamento dos registros e anotações respectivos, expedindo-se, para tanto, ofício ou mandado, conforme necessidade;

V Reversão das diligências realizadas em razão da tutela provisória concedida, se o feito foi extinto sem resolução de mérito, ou por improcedência, expedindo-se, para tanto, os ofícios e as intimações necessários, fazendo-se a conclusão em caso de dúvida sobre o alcance ou a natureza das providências a tomar;

VI Comunicações previstas no [artigo 381](#) do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, se houver mandado de segurança ou recurso incidental pendente de julgamento;

VII - Cancelamento e retirada da pauta das audiências que haviam sido designadas anteriormente, para fins de aproveitamento da pauta.

SEÇÃO 29. DESARQUIVAMENTO

Art. 67 Desarquivar autos, se o pedir o(a) advogado(a) ou a parte, e arquivá-los novamente, se nada for requerido ao fim do prazo.

Art. 68 Pedido o desarquivamento para a execução do julgado, desarquivar, com

anotações e comunicações necessárias, e cumprir o contido na [Seção 49](#).

Capítulo IX RECURSOS

SEÇÃO 30. EMBARGOS DECLARATÓRIOS

Art. 69 Opostos embargos declaratórios, certificar e intimar a parte contrária para contrarrazões em 05 (cinco) dias, em se tratando de pedido com efeito modificativo, fazendo conclusão ao fim do prazo.

Art. 70 Tratando-se de embargos de declaração opostos contra sentença de Juiz(iza) Leigo(a), encaminhar os autos àquele(a) que proferiu o parecer ou projeto de sentença, para decisão em 05 (cinco) dias, independentemente de conclusão dos autos à Juíza de Direito.

SEÇÃO 31. ROTINA DE RECURSO INOMINADO

Art. 71 Apresentado recurso inominado, certificar sobre tempestividade e preparo, e fazer conclusão se:

I O recurso for intempestivo; ou

II O preparo não foi feito, ou está incompleto, e o recorrente não é beneficiário da justiça gratuita; ou

III O recurso ataca decisão interlocutória ou despacho; ou

IV Houver pedido de gratuidade da justiça pendente de apreciação.

§ 1º Nos demais casos, intimar o(a) recorrido(a) para contra-arrazoar em 10 (dez) dias.

§ 2º Se houver pedido de gratuidade pendente de exame, antes de efetuar a conclusão ou intimar o(a) recorrido(a) para contra-arrazoar, cumprir a rotina de justiça gratuita prevista nesta portaria ([Seção 42](#)).

§ 3º Se o recurso for tempestivo, na certidão de que fala o *caput* fica dispensada a menção às datas consideradas para averiguação da tempestividade.

Art. 72 Havendo mais de um recurso, proceder na forma do artigo anterior para todos.

Art. 73 Cumpridas as determinações dos artigos anteriores desta seção, não havendo irregularidade ou dúvida, e certificado o decurso do prazo para contrarrazões, fazer a conclusão no agrupador apropriado.

Sugestão de agrupador: Juízo de admissibilidade recursal.

Para instruções de como realizar a [remessa dos autos à Turma Recursal](#), aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

SEÇÃO 32. BAIXA DE AUTOS DA TURMA RECURSAL

Art. 74 Baixando os autos da Turma Recursal:

I Juntar cópia do respectivo acórdão e de decisões proferidas em embargos de declaração;

II- Intimar as partes da baixa dos autos;

III Verificar se houve alteração na representação das partes, e promover as anotações necessárias, se for o caso.

Art. 75 Se o vencedor não tem advogado(a), e o valor da causa é inferior a 20

salários mínimos, a intimação referida no artigo anterior conterà advertência de que a parte pode, em (30) trinta dias, requerer a execução da sentença, apresentando seus cálculos ou requerendo a remessa ao contador judicial;

Parágrafo único. Comparecendo o vencedor para requerer a execução:

I Indagar se há interesse do(a) credor(a) na utilização dos sistemas eletrônicos para busca de bens do(a) devedor(a), certificando a resposta;

II Remeter, depois, os autos ao(à) contador(a) judicial para elaborar a conta e, juntada essa, proceder na forma da [Seção 49](#).

PARTE D. PROCESSO DE CONHECIMENTO

Capítulo X ROTINA DE TRATAMENTO DE INICIAL

SEÇÃO 33. CASOS DE CONCLUSÃO IMEDIATA DOS AUTOS

Art. 76 Recebida a petição inicial, fazer a conclusão quando:

I Houver pedido de concessão de tutela de urgência ou pedido de liminar de qualquer natureza;

Sugestão de agrupador: *Liminar*

II Seja vislumbrada a hipótese de necessidade de determinação de emenda da inicial;

Sugestão de agrupador: *Emenda à Inicial*

III Seja vislumbrada a hipótese de extinção do feito ou de indeferimento do pedido inicial;

Sugestão de agrupador: *Extinção inicial ou Indeferimento inicial*

IV Se tratar de remessa de autos por outro Juízo;

Sugestão de agrupador: *Remessa - outro Juízo*

V Houver pedido de distribuição por dependência;

Sugestão de agrupador: *Distribuição por dependência*

VI Se tratar de carta precatória sem preenchimento dos requisitos do [artigo 260](#) do Código de Processo Civil, ou houver dúvida pela secretaria para seu cumprimento imediato.

Sugestão de agrupador: *CP - ausência de requisitos*

VII Se houver dúvida a respeito da competência para processamento do feito.

Sugestão de agrupador: *Competência*

SEÇÃO 34. SUSPEITA DE PREVENÇÃO OU CONEXÃO

Para instruções de como realizar a [análise de suspeita de prevenção](#), aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

Art. 77 Não sendo o caso do artigo antecedente, se presente notícia ou indício de prevenção, conexão, continência, litispendência e coisa julgada, suspender a rotina de tratamento da inicial, certificar as informações disponíveis e fazer conclusão.

SEÇÃO 35. CASOS DE PENDÊNCIAS COM SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 78 Não sendo o caso dos dois artigos antecedentes, não expedir citação e intimar o(a) autor(a) para regularizar a falha, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, certificando, nestes casos:

I Se faltar prova da competência territorial do juizado;

II Se faltar a indicação da inscrição do(a) reclamante no CPF ou no CNPJ, conforme o caso;

III Se o(a) autor(a) é pessoa jurídica, e não juntou documentação suficiente para provar seu enquadramento no [art. 8º, II](#), da Lei nº 9.099/95;

IV Se se trata de repetição de ação anteriormente extinta, e faltar a prova do recolhimento das custas lá impostas ao(à) autor(a);

V- Atribuído à causa valor superior a 40 salários mínimos, intimar a parte reclamante para que informe se renuncia ao valor excedente.

SEÇÃO 36. PROVA DE ENDEREÇO

Art. 79 Quanto à competência territorial a Secretaria deverá observar, quando da distribuição, o disposto na Resolução 93/2013, no tocante à competência das Varas e Juizados Especiais Descentralizados do Foro Central de Curitiba, bem como o artigo 4º da Lei nº 9.099/05 quanto à competência territorial. Havendo dúvidas quanto à competência deste Juízo, certificará nos autos e os remeterá conclusos para decisão.

Art. 80 Considerar como suficiente o documento, para provar domicílio do(a) autor(a) na comarca, se presente uma destas situações:

I Há fatura de energia elétrica, água, telefonia, ou outro documento oficial, emitido em nome do(a) reclamante e datado de menos de 90 dias, dirigido a endereço nesta comarca; ou

II O documento referido no inciso anterior está em nome de:

a) cônjuge, pai, mãe, filho(a) do(a) reclamante, provada a relação por documento público oficial; ou

b) outro parente do(a) reclamante, com parentesco provado por documento público oficial, acompanhado de declaração firmada pelo dito parente de que o(a) reclamante reside em sua companhia; ou

c) pessoa que declarar por escrito que mantém relação de união estável com o(a) reclamante.

Parágrafo único. A declaração, de que tratam as alíneas, deverá conter nome, qualificação e assinatura do(a) declarante e de duas testemunhas.

SEÇÃO 37. DOCUMENTAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

Art. 81 Quanto ao enquadramento da pessoa jurídica, ou empresário individual, no [art. 8º, II](#) da Lei nº 9.099/95, considerar suficiente a prova se presentes todos estes documentos:

I Certidão simplificada da Junta Comercial, com menos de 60 (sessenta) dias, indicando que a parte é microempresa ou empresa de pequeno porte;

II Declaração de contador(a) afirmando que os sócios da pessoa jurídica reclamante ou o empresário individual não participam de empresas com renda superior à de empresa de pequeno porte, somente em relação às empresas de pequeno porte;

III Balanços da receita anual bruta do último exercício disponível, somente em relação às empresas de pequeno porte;

IV Contrato social e última alteração, se o(a) reclamante for pessoa jurídica.

§ 1º Não exigir juntada de contrato social e certidão da junta comercial se o(a) reclamante é sociedade de advogados.

§ 2º. Não exigir juntada de contrato social se o(a) reclamante é empresário individual.

§ 3º Os balanços da receita anual bruta, referidos acima, não podem ser substituídos por declaração de contador(a) ou do(a) reclamante acerca do faturamento, nem por balanço patrimonial. Podem, todavia, ser substituídos por:

- a) documento enviado ao Simples Nacional, em que conste o faturamento do último exercício;
- b) última declaração do imposto de renda ou
- c) outro documento oficial, emitido para fim fiscal, que indique quanto a empresa faturou.

§ 4º Se a empresa foi criada há menos de um ano, não se exigirá o balanço da receita anual, que deverá ser substituído por um dos documentos mencionados no parágrafo anterior.

Art. 82 Para a análise do pedido de desconsideração da personalidade jurídica de empresa devedora, deverá o credor comprovar, em 10 (dez) dias, a inexistência de bens em nome da pessoa jurídica e apresentar certidão expedida pela Junta Comercial ou ato constitutivo atualizado da pessoa jurídica a fim de demonstrar quem são seus sócios, sob pena de indeferimento.

SEÇÃO 38. PROVIDÊNCIAS EM CASOS DE PENDÊNCIAS

Art. 83 Nas hipóteses da [Seção 35](#), a intimação à parte será única, e conterà, discriminadamente, a lista de todas as providências esperadas da parte.

§ 1º Fazer a conclusão no decurso do prazo, certificando se não houve atendimento, ou se houve atendimento parcial, da intimação, discriminando, neste último caso, que itens não foram cumpridos.

§ 2º Se o atendimento foi integral, proceder na forma da [Seção 40](#).

SEÇÃO 39. CASOS DE PENDÊNCIAS SEM SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 84 Ausentes os casos dos artigos anteriores deste capítulo, expedir citação da parte reclamada, e intimar o(a) reclamante para regularizar a pendência:

I Nos casos da [Seção 9](#), sob as penas lá previstas;

II Se a inicial é firmada por advogado(a) sem mandato, que não requereu prazo para juntá-lo e não foi nomeado pelo juízo para atender o(a) reclamante;

III Se a procuração outorgada pela pessoa jurídica não indica quem a firmou como representante, ou se o(a) signatário(a) não tem poderes para outorgar procuração em nome da empresa;

IV Se a inicial não informa a qualificação completa das partes (nomes, prenomes, estado civil, profissão, número de inscrição no CPF ou CNPJ, endereço eletrônico, domicílio e residência);

V Se a procuração não está assinada.

§ 1º No caso do empresário individual, basta a apresentação de uma procuração, passada ou pela empresa ou pela pessoa física do empresário.

§ 2º Decorrido o prazo, se não for sanada alguma das pendências deste artigo,

submeter à conclusão após a audiência de conciliação caso não superada a pendência.

Art. 85 Quando do recebimento do feito, a secretaria verificará se há identidade das partes constantes no registro no Projudi com a petição inicial. Havendo divergência, certificará o fato e intimará a parte requerente para manifestação em 10 (dez) dias.

SEÇÃO 40. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Art. 86 Quando a Secretaria identificar que a qualificação e o endereço do(a) citando(a) ou intimando(a) está incompleto, intimará a parte interessada para completá-lo no prazo de 10 (dez) dias ([artigo 429](#) do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça), salvo situações excepcionais a serem objeto de certidão nos autos.

Art. 87 Informando desde logo a parte autora que desconhece a completa qualificação da parte contrária, mas, por outro lado, informando seu endereço e/ou referências que viabilizem a citação, deverá a citação ocorrer, prontamente, via Oficial de Justiça, que deverá, no cumprimento do mandado, colher os dados pessoais da parte ré. Não tendo ocorrido a completa identificação pelo(a) Oficial de Justiça, caberá ao(à) conciliador(a) ou Juiz(íza) Leigo(a), em audiência, coletar as informações faltantes ([artigo 427](#) do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça).

Art. 88 Expedição de mandado, mandado regionalizado, ou carta precatória quando a carta postal destinada à citação ou intimação retornar com a observação *ausente, não atendido, não procurado, área sem distribuição postal*, e quando houver justificativa para a ausência de entrega.

Art. 89 Intimação da parte autora, para manifestação em 05 (cinco) dias, quando, nos casos de citação postal do(a) réu(ré), o Aviso de Recepção (AR) retornar com a observação *mudou-se, desconhecido, endereço inexistente, endereço insuficiente, inexistente número, e outras*, e mantida a audiência agendada, salvo impossibilidade em face da proximidade da solenidade ou deliberação judicial em contrário.

Art. 90 Nos casos dos itens acima, não sendo possível a manutenção da audiência designada, certificado o motivo nos autos, deverá a secretaria pautar, desde logo, outra data para a realização da solenidade; intimando e citando, se necessário, as partes.

Art. 91 A audiência não deverá ser cancelada, mesmo diante de pedido da parte autora, pela mera e simples ausência de retorno do mandado de citação ou do A.R, aguardando-se referido ato e eventual comparecimento da parte.

Art. 92 Vindo, aos autos, antes da audiência, negativa documentada de citação da única parte reclamada, cancelar a audiência e intimar o(a) autor(a) a respeito, assim como para apresentar novo endereço em 05 (cinco) dias; após o que, caso apresentado novo endereço, deverá ser designada nova audiência ou, caso não indicado novo endereço, serem os autos remetidos à conclusão.

Parágrafo único. Não cancelar a audiência, entretanto, na hipótese de citação negativa de um dos(as) reclamados(as), se houver outros.

Capítulo XI JUSTIÇA GRATUITA

SEÇÃO 41. PEDIDO DE GRATUIDADE ANTES DA SENTENÇA

Art. 93 Apresentado pedido de gratuidade da justiça em qualquer etapa do processo anterior à sentença, cientificar a parte de que o Juiz(íza) Supervisor(a) deliberará sobre a questão se e quando ocorrer alguma das situações de incidência de custas, previstas nos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.

§ 1º Havendo insistência, fazer conclusão.

§ 2º Se o pedido for formulado na ou com a inicial, o disposto no *caput* deve ser feito sem prejuízo das demais rotinas de tratamento da inicial.

SEÇÃO 42. PEDIDO DE GRATUIDADE NA FASE RECURSAL

Art. 94 Se o pedido de gratuidade da justiça for apresentado, reiterado ou estiver pendente de exame quando quem o formulou apresentar recurso inominado, efetuar conclusão dos autos.

Art. 95 Se o(a) interessado(a) realizar o depósito do preparo, presumir a desistência do pedido de gratuidade, e dar continuidade à rotina de análise de recursos.

Art. 96 Deliberando o Juiz(íza) sobre a gratuidade, cumprir a rotina de recurso inominado, prevista nesta portaria ([Seção 31](#)).

Parágrafo único. Emitir, se foi deferida a gratuidade, o Documento de Isenção previsto no parágrafo segundo do artigo 6º da [Instrução Normativa nº 01/2015](#).

SEÇÃO 43. PEDIDO DE GRATUIDADE EM OUTRAS SITUAÇÕES

Art. 97 Apresentado o pedido de justiça gratuita em alguma outra situação em que a lei admita a incidência de custas, cumprir o contido na [Seção 42](#), no que for cabível.

Art. 98 - Em caso de pedido de nomeação de advogado dativo formulado por pessoa física, intimar a parte interessada a firmar declaração de hipossuficiência econômica que inviabilize a constituição de advogado, no prazo de 05 (cinco) dias.

I- Firmada a declaração de hipossuficiência, proceder à nomeação de advogado dativo, em conformidade com a lista disponibilizada pela OAB/PR.

II- Aceita a nomeação pelo advogado dativo, comunicar à parte interessada o endereço e o contato do profissional que lhe foi nomeado.

Capítulo XII AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

SEÇÃO 44. ROTINA DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Art. 99 Quando qualquer das partes, ou ambas conjuntamente, solicitarem a não realização de audiência conciliatória, a Secretaria deverá cientificá-las de que o entendimento deste Juízo é de que a audiência é obrigatória por lei, e que a ausência da parte implicará nas penalidades da [Lei nº 9.099/95](#) (extinção ou revelia).

Para instruções de como [agendar uma audiência](#), aponte sua câmera para os **QR Codes** abaixo ou clique [aqui](#) ou [aqui](#).

Art. 100 Durante a audiência de conciliação, providenciar:

I A confirmação ou atualização dos endereços, números de telefone e endereços eletrônicos dos presentes;

II A conferência dos dados pessoais das partes, constantes dos autos, com os

documentos de identificação pessoal que elas portam;

III A ciência das partes, especialmente as que não tiverem advogado(a), sobre a possibilidade de adesão ao sistema de intimação por aplicativo de mensagens;

IV- Figurando a mesma pessoa como preposto e advogado, este fato deverá ser consignado na ata da sessão de conciliação e os autos deverão ser conclusos, ante a disposição do Enunciado 98, do FONAJE *{É vedada a acumulação SIMULTÂNEA das condições de preposto e advogado na mesma pessoa (art. 35, I e 36, II da Lei 8906/1994 combinado com o art. 23 do Código de Ética e Disciplina da OAB)}*;

V- Estando a pessoa jurídica reclamante representada por preposto, consignar o fato na ata e remeter os autos à conclusão para análise da regularidade da representação, em virtude de tal faculdade ser conferida apenas à parte reclamada, a teor do artigo 9º, § 4º, da Lei nº 9.099/95.

SEÇÃO 45. TRATAMENTO DA ATA DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Art. 101 Providenciar as anotações e registros nos campos específicos do Projudi, se na ata da audiência de conciliação constar:

I Constituição, substituição ou confirmação de advogado(a);

II Requerimento de que as intimações sejam dirigidas a determinado(a) procurador(a);

III Informação de novos dados de endereço ou meios de comunicação de parte;

IV Adesão ao sistema de intimação por aplicativo.

Art. 102 Concedido, na audiência, prazo para regularizar representação ou justificar ausência, no decurso, certificar o que for necessário, e fazer conclusão.

Parágrafo único - Ainda que não haja pedido de concessão de prazo para apresentação de eventual justificativa de ausência, aguardar pelo prazo de 05 (cinco) dias e após remeter os autos conclusos para apreciação, a fim de possibilitar eventual apresentação de justificativa pela parte ausente, dada a possibilidade de caso fortuito ou força maior.

Capítulo XIII FASE DE SANEAMENTO

SEÇÃO 46. ROTINA DE SANEAMENTO

Art. 103 Cumpridas as diligências do [capítulo anterior](#), se não houver ordem em contrário, intimar o(a) reclamante para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação e documentos que a instruem e, no mesmo prazo, contestar o pedido contraposto, se houver.

§ 1º Havendo dois ou mais réus, a intimação será feita depois de decorrido o último prazo de defesa.

§ 2º Inexistindo contestação nos autos até o momento da audiência de conciliação, e, nela, informando as partes não haver outras provas a produzir, deverá, desde logo, a parte ré ser intimada para apresentar contestação em 15 dias, viabilizando-se, após, o mesmo prazo para impugnação à contestação.

Art. 104 Fazer conclusão para sentença, se todas as partes já tiverem pedido o julgamento antecipado e houver contestação e impugnação à contestação nos autos.

§ 1º. Verificando-se, em audiência, que há contestação nos autos, mas não se viabilizou prazo para impugnação à contestação, promover tal diligência.

§ 2º Nos casos de julgamento antecipado encaminhar os autos conclusos aos Juízes Leigos, observando-se distribuição igualitária e sob supervisão do Juízo

Supervisor.

Art. 105 - Se houver pedido de produção de prova oral, designar audiência de instrução e intimar as partes para comparecimento ao ato acompanhadas de até 03 (três) testemunhas.

Art. 106 - A intimação do revel somente se dará quando tiver advogado constituído nos autos, nos termos do artigo 346 do Código de Processo Civil.

§ 1º. Não havendo advogado, transcorrido 15 (quinze) dias úteis da publicação da sentença, sem a sua manifestação, a Secretaria certificará o trânsito em julgado.

§ 2º. O réu revel sempre será intimado para o cumprimento da sentença (realização do pagamento espontâneo), por meio de seu advogado, caso esteja sendo representado, ou por carta com aviso de recebimento, quando não for representado, na forma do artigo 523 e § 1º, do Código de Processo Civil.

Capítulo XIV FASE INSTRUTÓRIA SEÇÃO 47. ROTINA DE INSTRUÇÃO

Art. 107 Providenciar a intimação de testemunha para audiência, mediante expreso pedido e respeitado o prazo previsto no [artigo 34, parágrafo primeiro](#), da Lei nº 9.099/95.

Art. 108 Verificar, 05 (cinco) dias antes da audiência, o cumprimento das intimações determinadas; providenciando, se for o caso, a devolução dos mandados, a expedição de qualquer meio idôneo de comunicação para efetiva realização do ato, inclusive, mensagem por aplicativo, se for o caso.

PARTE E. EXECUÇÃO

Capítulo XV EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL SEÇÃO 48. PRAZO PARA INICIAR A EXECUÇÃO JUDICIAL

Art. 109 Se houve condenação ao pagamento de quantia certa, científicas as partes do trânsito em julgado e/ou da baixa dos autos da Turma Recursal, aguardar por 30 (trinta) dias pelo pedido de execução.

Parágrafo único. Não sobrevindo o pedido no prazo, arquivar os autos, observada a [Seção 32](#).

SEÇÃO 49. TRATAMENTO DE INICIAL DE EXECUÇÃO JUDICIAL

Art. 110 Fazer conclusão, sem qualquer outra diligência, se apresentado pedido de execução de sentença:

- I Proferida por outra unidade judiciária;
- II Homologatória de acordo celebrado em processo que tramitou em outro juízo;
- III Proferida em ação coletiva.

Art. 111 Fora das hipóteses do artigo precedente, apresentado o pedido de execução, intimar a parte vencida para, em 15 (quinze) dias, cumprir o julgado, sob pena de incidir na multa do [art. 523](#) do Código de Processo Civil, nos casos de condenação a pagar, desde que:

- I O pedido esteja acompanhado do cálculo;
- II Conste dos autos o número do CPF ou CNPJ e o endereço do(a) devedor(a);
- III O(a) credor(a) tenha declarado se pretende utilizar os sistemas eletrônicos à disposição do juízo para busca de bens e penhora.

§ 1º Faltando algum dos requisitos, intimar o(a) credor(a) para regularizar, sob pena de extinção da execução no caso dos incisos I e II, parte final.

§ 2º Se o(a) credor(a) não tem advogado(a), dispensa-se o cumprimento do inciso I acima; nesse caso, encaminhar os autos ao(à) contador(a) judicial, e, juntado o cálculo, intimar o(a) vencido(a) na forma do *caput*, se os outros dois incisos estiverem atendidos.

§ 3º Requerida pela parte expedição de ofício à Receita Federal ou diligências exclusivamente para localização de CPF/CNPJ do devedor para fins de realização de SISBAJUD, consultar desde logo o número respectivo através do sistema INFOJUD, certificando-se a resposta nos autos.

§ 4º - Fazer a conclusão, certificando o motivo se, em qualquer etapa da rotina, houver dúvida sobre a regularidade do pedido de execução ou os cálculos.

§ 5º Comunicar ao(à) distribuidor(a) para as anotações necessárias e realizar as devidas anotações na autuação quando se iniciar o procedimento de cumprimento da sentença, observando a ocorrência ou não de inversão nos polos da relação processual e que se já tiver ocorrido arquivamento do feito e baixa na distribuição por inércia do(a) credor(a) em dar início ao cumprimento de sentença, deverão os autos ser remetidos ao(à) distribuidor(a), também para promover a reativação da distribuição.

SEÇÃO 50. DEPÓSITO E PENHORA EM EXECUÇÃO JUDICIAL

Para instruções de como realizar o cadastro de depósitos judiciais, aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

Para instruções de como realizar a confirmação de levantamento de depósitos judiciais, aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

Art. 112 Havendo o depósito voluntário, tratar na forma do contido na [Seção 54](#).

Art. 113 Decorrido o prazo, não promovendo o(a) executado(a) o cumprimento voluntário da sentença, e se o(a) credor(a) houver requerido, promover a busca e penhora de bens, na forma do contido na [Seção 57](#), juntando aos autos os resultados.

Parágrafo único. Se o cálculo apresentado pelo(a) credor(a) datar de mais de seis meses, ou não incluir a multa do [art. 523](#) do Código de Processo Civil, antes de cumprir o que determina o *caput* intimá-lo para exhibir nova conta, ou enviar os autos ao(à) contador(a) judicial para atualização, se o(a) credor(a) não tem advogado(a).

Capítulo XVI EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

SEÇÃO 51. TRATAMENTO DA INICIAL DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL

Art. 114 Intimar o(a) exequente para, se ainda não o fez:

I Juntar a comprovação da entrega da mercadoria ou da prestação de serviço, se se tratar de execução de duplicata sem aceite;

II Indicar o CPF ou CNPJ e endereço do(a) executado(a);

III Apresentar cálculo, ou requerer remessa ao contador, se não tem advogado(a);

IV Declarar se pretende utilizar os sistemas eletrônicos à disposição do juízo para busca de bens e penhora.

§ 1º Quanto aos incisos I e III, a intimação será feita sob pena de indeferimento da inicial.

§ 2º Requerida pela parte expedição de ofício a Receita Federal ou diligências exclusivamente para localização de CPF/CNPJ do devedor para fins de realização de SISBAJUD, consultar desde logo o número respectivo através do sistema INFOJUD, certificando-se a resposta nos autos.

Art. 115 Sendo o(a) exequente pessoa jurídica, faltando a prova do seu enquadramento no [art. 8º II](#) da Lei nº 9.099/95, conforme critérios da [Seção 37](#), intimar para apresentar o documento faltante, sob pena de extinção da execução.

Art. 116 Fazer a conclusão certificando o motivo se, em qualquer etapa da rotina, houver dúvida sobre a regularidade do pedido de execução ou os cálculos, e, igualmente, se:

I O título executivo for documento particular, não se enquadrar em outras hipóteses do [art. 784](#), do Código de Processo Civil, e não tiver assinatura de duas testemunhas;

II O título executivo for documento público ou particular em que não consta a assinatura do(a) executado(a);

III O título executivo não foi endossado, e o(a) exequente não é o(a) beneficiário(a) nominado(a);

IV O(a) exequente é pessoa física cessionária de crédito de pessoa jurídica;

V O valor do crédito supera a alçada dos Juizados.

SEÇÃO 52. CITAÇÃO E PENHORA

Art. 117 Não havendo dúvida sobre a regularidade da inicial e os cálculos, expedir citação à parte executada para pagamento do débito, comprovação do pagamento ou indicação de bens à penhora, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhora.

§ 1º Não havendo pagamento no prazo, nem oferta de bens à penhora, se o(a) credor(a) o pediu, promover a busca e penhora de bens, na forma da [Seção 57](#), juntando os resultados aos autos.

§ 2º Se o cálculo apresentado pelo(a) credor(a) datar de mais de 6 (seis) meses, antes de cumprir o que determina o § 1º intimá-lo(a) para exibir nova conta, observando-se, se for o caso, a [Seção 3](#).

Art. 118 Optando o(a) executado(a) pela aplicação do parcelamento previsto no [artigo 916](#) do Código de Processo Civil, deverá efetuar, desde logo, o depósito de 30% do valor sob execução.

§ 1º Caso não apresente comprovante do depósito, deverá ser intimado(a) para isso realizar em 05 (cinco) dias, sob pena de inviabilização do parcelamento proposto e prosseguimento da execução.

§ 2º Apresentada tal proposta, deverá o(a) credor(a) ser intimado(a) para, sobre isso, manifestar-se em 5 (cinco) dias, cientificado de que eventual falta de manifestação será tida como anuência tácita à proposta, voltando os autos conclusos após. Deverá, nessa mesma oportunidade, indicar conta bancária para depósitos dos valores, cientificando-se a respeito o(a) executado(a).

§ 3º Se deferido o parcelamento, a extração dos sucessivos alvarás quando feitos os pagamentos deverá ser feita independentemente de deliberação judicial.

§ 4º Caso noticiado pelo(a) credor(a), após o deferimento da medida, o não pagamento de qualquer das parcelas, deverá o(a) executado(a) ser intimado(a) para sobre isso em 05 (cinco) dias se manifestar.

Capítulo XVII DISPOSIÇÕES COMUNS A TODAS AS EXECUÇÕES

Para instruções de como cadastrar a penhora no rosto dos autos, aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

Para instruções de como realizar o registro e levantamento de penhora, aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

SEÇÃO 53. INCLUSÃO DO(A) EXECUTADO(A) NA SERASAJUD

Art. 119 Se o(a) exequente o requerer, promover a inclusão de minuta junto ao sistema Serasajud, para inscrição do nome do(a) executado(a) nos cadastros restritivos de crédito, desde que:

I Ausentes pendências na petição inicial, conforme [Seção 49](#) e [Seção 51](#); e

II O cálculo datar de menos de seis meses, observando-se, se for o caso, a [Seção 3](#).

III - Transcorrido o prazo para pagamento voluntário.

§ 1º Ausente alguma informação necessária para a inscrição, intimar o(a) credor(a) para fornecê-la, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.

§ 2º Fazer conclusão, sem promover a inscrição:

I Se houver dúvida acerca da exatidão ou veracidade das informações fornecidas pelo(a) exequente ou

II Se o requerimento for feito após esgotadas as diligências de busca de bens, caso em que os autos serão enviados para análise de eventual extinção na forma do artigo 53, § 4º, da Lei nº 9.099/95.

§ 3º Cancelar imediatamente a inscrição se for:

I Efetuado o pagamento;

II Garantida a execução ou

III Extinta a execução.

Art. 120 Se o(a) exequente o requerer, expedir as certidões previstas nos artigos 517 e 828 do Código de Processo Civil e no Enunciado nº 76 do Fonaje (*No processo de execução, esgotados os meios de defesa e inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se a pedido do exequente certidão de dívida para fins de inscrição no serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade.*), respectivamente, para fins de protesto; de averbação em registro de Imóveis ou de outros bens ou inscrição em serviços de proteção ao crédito, sob a responsabilidade da parte exequente.

Art. 121 - Caso não existam outros requerimentos pelo credor pendentes de apreciação judicial, após a inclusão do devedor no sistema Serasajud ou após a expedição de certidão referida no artigo anterior a Secretaria deverá intimar a parte

credora para se manifestar sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.

SEÇÃO 54. DEPÓSITO VOLUNTÁRIO OU ESPONTÂNEO DE VALOR

Art. 122 Se o(a) devedor(a) fizer depósito de valor, certificar sua destinação: pagamento, ou garantia da execução.

§ 1º Se o(a) depositante não afirmar, expressamente, que se trata de depósito para fins de garantia de execução, promover a intimação para esclarecimento em 5 (cinco) dias, com a advertência de que o silêncio implicará o tratamento do depósito como destinado ao pagamento.

§ 2º Se inequívoca a intenção de pagamento, expedir o respectivo alvará de levantamento em favor do credor e intimá-lo para dizer se anui com a extinção do feito ou entende haver crédito remanescente em seu favor, caso em que deverá apresentar o cálculo, ou requerer a remessa ao(à) contador(a) judicial, se não tiver advogado(a).

§ 3º A intimação referida no parágrafo anterior advertirá que o silêncio será entendido como outorga de quitação, e causará a extinção do processo pelo pagamento.

Art. 123 Requisitar a devolução dos mandados executivos, quando houver, a qualquer tempo, o cumprimento voluntário da obrigação.

SEÇÃO 55. OFERTA DE BENS À PENHORA PELO(A) EXECUTADO(A)

Art. 124 Se o(a) executado(a), a qualquer tempo, oferecer bens para garantia da execução, intimar o(a) exequente para se manifestar.

Parágrafo único Se o(a) credor(a) concordar com a oferta, expedir mandado de penhora e avaliação do bem ofertado e designar audiência de conciliação pós-penhora, quer se trate de execução de título judicial ou extrajudicial, em cuja audiência será oportunizada a oposição de embargos pelo devedor, nos termos do Enunciado Cível nº 71 do FonaJe (*É cabível a designação de audiência de conciliação em execução de título judicial.*).

SEÇÃO 56. PENHORA DE IMÓVEL

Art. 125 Não estando o juízo garantido, se o(a) credor(a) requerer penhora de imóvel, lavrar o termo, desde que haja nos autos matrícula atualizada, ou seja, datada de menos de 30 (trinta) dias, atribuindo a propriedade ao(a) executado(a).

§ 1º. É dispensada a assinatura do(a) executado(a) no termo.

§ 2º. Se o(a) credor(a) não juntar a matrícula atualizada, intimá-lo(a) para fazê-lo; no silêncio, cumprir a [Seção 26](#).

Art. 126 Lavrada a penhora sobre imóvel:

I Expedir mandado para que o(a) Oficial de Justiça dela intime o cônjuge do(a) executado(a), avalie o bem, certifique se é divisível e quem nele reside;

II Intimar o credor para que comprove o registro da constrição perante o Registro de Imóveis, ficando sob sua responsabilidade o pagamento dos emolumentos incidentes sobre o registro da penhora, salvo se for beneficiário da assistência judiciária gratuita;

III Proceder, no mais, na forma da [Seção 61](#).

SEÇÃO 57. ROTINA DE BUSCA DE BENS

Para instruções de como realizar o utilizar os sistemas conveniados para busca de bens, aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

Art. 127 Iniciada a execução e decorrido o prazo para pagamento voluntário, e nos demais casos em que esta portaria ou o despacho determinar o cumprimento da rotina de busca de bens, aplicá-la se:

I O(a) credor(a) o pediu;

II Houver cálculo datado de menos de 6 (seis) meses;

III Não houver qualquer das pendências da [Seção 49](#), no caso de execução de título judicial, ou da [Seção 51](#), no caso de título extrajudicial;

IV Não estiver o juízo garantido por penhora ou depósito.

Parágrafo único Faltando o requisito do inciso II, intimar o(a) credor(a) para juntá-lo sob pena de extinção, se tiver advogado(a), ou, se não o tem, remeter os autos ao(à) contador(a).

Art. 128 A rotina de busca de bens inclui, pela ordem, a tentativa de penhora pelo Sisbajud e depois pelo Renajud, na forma das seções específicas desta portaria.

Parágrafo único Se as buscas resultarem negativas, certificar a conclusão e frustração da rotina de busca de bens, dar ciência ao(à) credor(a) do resultado da rotina, e intimá-lo para indicar bens do(a) executado(a), sob pena de extinção da execução.

SEÇÃO 58. PENHORA DE DINHEIRO VIA SISBAJUD

Art. 129 Salvo decisão em contrário, deverá a Secretaria utilizar o sistema Sisbajud para protocolizar o pedido de bloqueio de valores nas hipóteses da [Seção 57](#).

§ 1º Salvo ordem em contrário, lançar o bloqueio contra todos que figurarem no polo passivo da execução, pelo valor integral dessa.

§ 2º Havendo pedido expresso, realizar, por uma única vez, envio de solicitação reiterada automática de bloqueio de valores pelo prazo de 30 (trinta) dias, mediante ferramenta específica para tal finalidade junto ao sistema Sisbajud (teimosinha).

§ 3º Bloqueados valores, providenciar a transferência para conta vinculada ao Juízo e:

I Se o bloqueio/transferência for integral, tratar na forma da [Seção 61](#);

II Se o bloqueio for parcial, a intimação do(a) executado(a), na pessoa de seu(sua) advogado(a) se tiver, ou pessoalmente se não o tiver e o valor da causa for inferior a 20 (vinte) salários mínimos, para alegar e provar impenhorabilidade dos valores, em 5 (cinco) dias, cientificando-o(a) de que, a indisponibilidade se converte em penhora independentemente da lavratura do termo ([art. 854, § 5º](#), do Código de Processo Civil), bem como, independentemente de nova intimação, tem início o seu prazo para se manifestar acerca da formalização da penhora ([art. 841](#), do Código de Processo Civil).

§ 4º Se vier alegação de impenhorabilidade e nas hipóteses de questionamentos acerca de bloqueio de numerários via sistema Sisbajud, certificar pormenorizadamente acerca do fato, juntando os respectivos extratos bancários e

minutas de protocolização pertinentes e intimar o(a) credor(a) para se manifestar em 5 (cinco) dias. Após, fazer conclusão urgente.

§ 5º Apresentado comprovante de pagamento pelo(a) executado(a), após a realização do bloqueio, providenciar:

- I O desbloqueio, se possível, caso o valor depositado seja idêntico ou superior ao bloqueado;
- II Sendo inferior, se possível, efetuar a transferência apenas do valor da diferença.

§ 6º- Caso sejam bloqueados valores ínfimos, providenciar o imediato desbloqueio, certificando-se.

Art. 130 Confirmado o atendimento, pela instituição financeira depositante, da ordem para transferência da importância bloqueada para conta judicial, prosseguir, na forma da [Seção 61](#).

Para instruções de como [consultar uma conta judicial](#), aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

SEÇÃO 59. BLOQUEIO VIA RENAJUD E PENHORA DE VEÍCULO

Para instruções mais informações sobre o Sistema RENAJUD, acesse o [Manual do Usuário](#) ou aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo.

Para o cadastramento de novos usuários, acesse e preencha o [Formulário de Solicitação de Cadastramento](#) ou aponte sua câmera para o **QR Code**.

Art. 131 Protocolar o pedido de bloqueio no Sistema Renajud, de ofício, nas hipóteses da [Seção 57](#).

§ 1º Salvo ordem em contrário, lançar o bloqueio de transferência e licenciamento:

- I Sobre todos os veículos de todos que figurarem no polo passivo da execução;
- II Apenas sobre veículos que constarem registrados em nome do(a) executado(a), e livres de ônus ou restrições;

§ 2º O bloqueio será limitado a um, ou alguns veículos determinados, se o(a) credor(a) assim o pedir.

§ 3º Se o(a) credor(a) expressamente pediu o bloqueio também da circulação do veículo, fazer a conclusão para apreciação do pedido, mas só depois de cumprida toda a rotina desta Seção.

Art. 132 Ocorrendo bloqueio, intimar o(a) credor(a) para:

- I Requerer a penhora do veículo bloqueado, ou de algum ou alguns dos bloqueados, sob pena de baixa do bloqueio;
- II Indicar o paradeiro do bem a penhorar.

§ 1º Se o(a) credor(a) atender à intimação, expedir mandado para penhora, avaliação e depósito do veículo em mãos do(a) executado(a). Pelo mesmo

mandado deverá o(a) Oficial, se não achar o veículo, penhorar outros bens penhoráveis que localizar.

§ 2º Juntado o auto de penhora e avaliação, registrá-la no Renajud, e prosseguir na forma da [Seção 61](#).

§ 3º Se o(a) credor(a) não responder à intimação do *caput*, baixar todos os bloqueios e iniciar a rotina de extinção por abandono ([Seção 26](#)), nos demais casos.

Art. 133 Se resultar negativa a tentativa de bloqueio, mas existir, nos registros do Detran, veículo com gravame de alienação fiduciária em nome do(a) executado(a), sem proceder ao bloqueio, juntar a informação nos autos e dar ciência ao(à) credor(a).

Parágrafo único. Se o(a) exequente o pedir, oficial ao(à) credor(a) fiduciário(a) requisitando informar:

I Se houve ou não a quitação do contrato;

II Se não houve, quantas são as parcelas pagas e vincendas, e seu valor; e

III Se houver parcelas inadimplidas, quantas são.

Art. 134 Se nenhum veículo for bloqueado, intimar o(a) credor(a) para indicar bens penhoráveis do(a) executado(a), sob pena de extinção da execução.

SEÇÃO 60. PENHORA DE ESTOQUE OU OUTROS BENS MÓVEIS

Art. 135 Se foi concluída a rotina prevista na [Seção 57](#) sem garantia do juízo, e o(a) credor(a) o requerer, expedir mandado para penhora e avaliação de bens móveis no endereço do(a) executado(a).

§ 1º Do mandado, constará a instrução para que não sejam penhorados bens:

I Cuja penhorabilidade seja duvidosa;

II De difícil conservação ou alienação;

§ 2º Nesses casos, a certidão deverá discriminar as diligências e os motivos da suspensão do cumprimento, de forma fundamentada.

§ 3º Se resultar negativa a diligência, intimar o(a) credor(a) para indicar bens penhoráveis do(a) executado(a), sob pena de extinção da execução.

SEÇÃO 61. TRATAMENTO DE PENHORA POSITIVA

Art. 136 Havendo depósito em garantia, ou penhora e avaliação, certificar se o juízo está garantido ou, em caso de dúvida, fazer conclusão, explicando o motivo.

§ 1º Ausente a avaliação:

I Se a penhora é de veículo, intimar o(a) credor(a) para juntar prova do valor na Tabela FIPE;

II Se a penhora é de títulos ou mercadorias com cotação em bolsa, intimar o(a) credor(a) para provar a cotação;

III Expedir mandado de avaliação, nos demais casos, ouvir as partes sobre o auto e só fazer conclusão se houver impugnação.

§ 2º Considerar garantido o juízo se o valor dos bens penhorados, ou do dinheiro depositado, iguala ou supera o valor da conta, sendo essa datada de 6 (seis) meses ou menos.

§ 3º Sobrestar as diligências desta seção se e enquanto houver impugnação à avaliação pendente de decisão, retomando-as assim que julgada.

Art. 137 Efetivado o bloqueio judicial de valores que sejam suficientes à satisfação integral do débito intimar o(a) executado(a) da penhora, se ainda não o foi, e para:apresentar embargos em 15 (quinze) dias, nos próprios autos da execução, que se trate de título judicial ou extrajudicial.

Art. 138 - Efetivado bloqueio judicial de dinheiro que não seja suficiente à satisfação integral do débito ou na hipótese de bloqueio de veículos ou outros bens, designar audiência de conciliação, quer se trate de execução de título judicial ou extrajudicial, nos termos do Enunciado Cível nº 71 do Fonaje (*É cabível a designação de audiência de conciliação em execução de título judicial.*), cientificando às partes que somente serão cabíveis embargos quando implementada a garantia integral do juízo.

Art. 139 - Não se fará a intimação em caso de depósito voluntário para garantia na execução de título judicial ou extrajudicial, caso em que o prazo de 15 (quinze) dias para embargos correrá da data do depósito.

Capítulo XVIII DEFESA DO(A) EXECUTADO(A)

SEÇÃO 62. EMBARGOS À EXECUÇÃO

Art. 140 Apresentados embargos à execução, intimar o(a) credor(a) para responder, se o juízo estiver garantido⁽²⁾ e os embargos forem tempestivos.⁽³⁾ Em caso contrário, fazer conclusão, certificando o motivo.

§ 1º Apresentada impugnação aos embargos, intimar o(a) executado(a) para falar, querendo.

§ 2º Se os embargos versarem sobre excesso de execução, decorrido o prazo do § 1º, enviar os autos ao(à) contador(a) judicial, para elaborar cálculo nos termos da sentença e do acórdão, se for execução de título judicial, ou com os acréscimos aplicáveis segundo o título e a lei, no caso da execução de título extrajudicial.

§ 3º Fazer a conclusão depois de juntado o cálculo pelo(a) contador(a).

§ 4º Fazer conclusão, sem cumprir as diligências do *caput* e parágrafos antecedentes, se os embargos forem opostos em apenso, como ação autônoma.

SEÇÃO 63. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

Art. 141 Apresentada exceção de pré-executividade, intimar o(a) credor(a) para se manifestar em 10 (dez) dias.

Capítulo XIX ATOS EXPROPRIATÓRIOS

SEÇÃO 64. ATOS EXPROPRIATÓRIOS

Para instruções de como designar um leilão, aponte sua câmera para o **QR Code** abaixo ou clique [aqui](#).

Art. 142 Julgados os embargos, ou decorrido em branco o prazo para embargar, intimar o(a) credor(a) para requerer, se ainda não o fez, a adjudicação do bem penhorado, ou as medidas do [art. 52, VII](#) e [art 53, §§ 2º e 3º](#) da Lei nº 9.099/95.

Parágrafo único. Na hipótese descrita acima, tratando-se de valores bloqueados

via sistema Sisbajud, remeter os autos conclusos.

Art. 143 - Havendo interesse do credor quanto à adjudicação do bem penhorado, pelo valor da avaliação, deverá depositar eventual valor da diferença caso o valor de seu crédito seja inferior ao do bem.

Art. 144 Não havendo interesse do(a) credor(a) na adjudicação, designar leilão, observando-se o disposto nos arts. [886](#) e [889](#), do Código de Processo Civil.

Art. 145 Não havendo arrematação por ausência de licitantes, intimar o(a) exequente para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 146 Se o produto da arrematação, ou da adjudicação, for insuficiente para a quitação da dívida, intimar o(a) exequente para indicar bens penhoráveis do(a) executado(a), sob pena de extinção da execução.

PARTE F. CUSTAS, JUÍZES(AS) LEIGOS(AS) e CONCILIADORES SEÇÃO 65. CUSTAS

Art. 147 Observará a secretaria, para fins de custas processuais, o previsto na [Instrução Normativa nº 01/2015](#) do CSJEs, assim como o previsto na [Lei Estadual nº 18.413/2014](#), com destaque especial para os casos de incidência de custas: no preparo do recurso inominado; na extinção do processo motivada pelo não comparecimento do(a) autor(a) à audiência; nos casos de litigância de má-fé, apurada nas fases de conhecimento e execução; nos casos de improcedência dos embargos de devedor.

Art. 148 Transitada em julgado a sentença que extinguiu o processo eletrônico por ausência do(a) autor(a) à audiência e, não sendo a hipótese de isenção ou de concessão da assistência judiciária gratuita, a Escrivania/Secretaria, sequencialmente:

I - emitirá, no Sistema Uniformizado, a guia com o valor devido;

II - vinculará a guia aos autos no Sistema Projudi e

III - notificará o(a) autor(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da guia de custas emitida.

Parágrafo único. Inexistindo pagamento, cumprir na forma da [Instrução Normativa nº 12/2017](#).

SEÇÃO 66. JUÍZES(AS) LEIGOS(AS) E CONCILIADORES

Art. 149 Em caso de atraso na apresentação de projeto de sentença pelo Juiz(íza) Leigo(a), deverá a Secretaria promover sua intimação para apresentação do projeto de sentença ou justificativa em 10 (dez) dias, na forma do artigo 64 da [Resolução nº 09/2019](#). Persistindo a omissão, deverá o Magistrado(a) ser cientificado(a) formalmente para fins do [artigo 434](#) do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, certificando-se esses atos no processo.

Art. 150 Em caso de reclamação verbal ou escrita em face de conciliadores(as) e Juízes(as) Leigos(as), deverá o expediente ser encaminhado ao Juiz(íza) Supervisor(a) para fins do artigo 65 da [Resolução nº 09/2019](#).

PARTE G. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS SEÇÃO 67. DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 151 Qualquer dúvida acerca do alcance e do cumprimento desta portaria será

objeto de consulta lançada nos autos, com subsequente conclusão.

Art. 152. Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário e será a qualquer momento e a pedido, acessível aos jurisdicionados.

Afixe-se em edital por 30 (trinta) dias.

Encaminhe cópia à Excelentíssima Senhora Supervisora-Geral do Sistema de Juizados Especiais ([artigo 18](#) do Código de Normas do Foro Judicial) e ao Juiz Diretor do Fórum (para fins da [Instrução Normativa conjunta nº 05/2019](#), sobretudo artigo sétimo, parágrafo segundo).

Dê ciência, ainda, aos(às) funcionários(as) da Secretaria, estagiários(as), conciliadores(as), Juizes(as) Leigos(as) e Oficiais de Justiça.

Desnecessária remessa imediata à CGJ ([artigo 17, IV](#), do Código de Normas do Foro Judicial).

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Curitiba, 29 de setembro de 2021.

FERNANDA TRAVAGLIA DE MACEDO
Juíza de Direito Supervisora

PARTE H. ANEXOS
SEÇÃO 68. ATOS NORMATIVOS RELEVANTES

<u>ATO NORMATIVO</u>	<u>CONTEÚDO</u>	<u>QR CODE</u>
Resolução nº 03/2009	Disposições sobre o Processo Eletrônico	
Provimento nº 22/2012 do CNJ	Medidas de aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais	
Resolução nº 174/2013 do CNJ	Atividade de Juiz(íza) Leigo(a) no Sistema dos Juizados Especiais	
Instrução Normativa Conjunta nº 01/2014	Normas para constituição, regularização e funcionamento dos Conselhos da Comunidade	
Instrução Normativa Conjunta nº 02/2014	Normas para recolhimento, destinação, liberação, aplicação e prestação de contas referentes a prestações pecuniárias	
Instrução Normativa nº 01/2015	Cobrança de custas no âmbito dos Juizados Especiais	
Instrução Normativa nº 65/2021	Destinação da pena da multa em sentença penal condenatória	
Ofício Circular nº 13/2016	Cadastro do sobrestamento de processos em razão de repercussão geral e recursos repetitivos	

Instrução Normativa Conjunta nº 01/2017	Utilização do aplicativo <i>'WhatsApp'</i> como meio de intimação processual	
Instrução Normativa Conjunta nº 06/2017	Cadastramento e processamento dos termos circunstanciados, inquéritos policiais e procedimentos administrativos do Juizado Especial Criminal	
Instrução Normativa nº 12/2017	Remessa a protesto extrajudicial de certidões de crédito judicial em custas processuais, taxas e outros valores devidos ao Fundo da Justiça	
Decreto Judiciário nº 402/2017	Cumprimento de decisões judiciais entre o TJPR e a Serasa Experian	
Resolução nº 04/2018	Regimento Interno do Conselho de Supervisão	
Resolução nº 09/2018	Regulamentação dos Acordos de Cooperação e Convênios	
Resolução nº 10/2018	Fórum de Conciliação Virtual	
Provimento nº 282/2018	Estabelece o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça	
Decreto Judiciário nº 626/2018	Destinação de depósitos judiciais não levantados e de saldos remanescentes relativos a custas judiciais	
Instrução Normativa nº 02/2019	Regulamenta o uso do sistema e-Carta	
Resolução nº 01/2019	Serviço de triagem nos Juizados Especiais	
Resolução nº 02/2019	Regimento Interno das Turmas Recursais	
Resolução nº 04/2019	Controle de frequência e produtividade dos Conciliadores dos Juizados Especiais	
Resolução nº 09/2019	Funções, recrutamento, designação, substituição, remuneração e desligamento dos Conciliadores e Juízes(ízas) Leigos(as)	
Resolução nº 228/2019	Produção de prova oral por meio de videoconferência	
Resolução nº 235/2019	Competências das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazenda Pública	
Resolução nº 354/2020 do CNJ	Disposições sobre cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial	
Ofício Circular Conjunto nº 01/2020	Cadastramento de sobrestamento de processos/recursos em razão de IRDR, IAC, GR, RG e RR	
Decreto nº 382/2020	Procedimentos para pagamento de Obrigações de Pequeno Valor (OPVs) e sua impugnação, expedição e comunicação ao ente devedor	
Decreto nº 520/2020	Procedimentos relativos a precatórios	
Resolução nº 275/2020	Exercício das funções, recrutamento, designação, desligamento e remuneração dos Conciliadores nos CEJUSCs	
Instrução Normativa nº 25/2020	Compartilhamento das Centrais de Mandados para a distribuição dos mandados expedidos	

Ofício Circular nº 47/2021	Paralisação indevida de processos sobrestados no Projudi	
Ofício Circular nº 48/2021	Processo Seletivo para as funções de Juiz(íza) Leigo(a) e Conciliador(a). Informações gerais.	

SEÇÃO 69. LEGISLAÇÃO RELEVANTE

LEGISLAÇÃO	CONTEÚDO
Lei nº 18.413/2014	Critérios para a cobrança de custas dos serviços judiciais no âmbito dos Juizados Especiais do Estado do Paraná

SEÇÃO 70. ENUNCIADOS DO FONAJE

ENUNCIADOS	QR CODE
Enunciados Cíveis	
Enunciados Fazenda Pública	
Enunciados Criminais	

SEÇÃO 71. MATERIAIS RELEVANTES

* **Observação:** para acessar o diretório de materiais e vídeos das plataformas disponibilizadas pelo Tribunal de Justiça do Paraná, clique nos respectivos links: [ProServidor](#) e [POP - Juizados](#).

MATERIAL	QR CODE
Manual de sobrestamento de processos com fundamento em precedentes qualificados (RG, RR, GR, CT, IRDR e IAC)	
Diagnóstico dos Juizados Especiais (CNJ)	
Tutorial sobre sobrestamento de processos em razão de RG, RR, GR, CT, IRDR e IAC	
Tutorial sobre conclusão e remessa de autos no Projudi	
Tutorial sobre análise de retorno de conclusão no Projudi	

Tutorial sobre cadastramento e utilização de agrupadores no Projudi: link 1 e link 2	
Tutoriais sobre alteração de nível de sigilo no Projudi: link 1 e link 2	
Tutorial sobre cadastramento e habilitação de partes no Projudi: link 1 e link 2	
Tutorial sobre correção de cadastro de partes e advogados no Projudi	
Tutorial sobre correção de informações gerais no Projudi	
Tutorial sobre como arquivar os autos no Projudi	
Tutorial sobre como realizar a remessa dos autos à Turma Recursal no Projudi	
Tutorial sobre agendamento de audiências no Projudi: link 1 e link 2	
Tutorial sobre como designar um leilão no Projudi	
Tutorial sobre cadastramento de processos em apenso no Projudi	
Tutorial sobre apensamento de processos distribuídos por dependência no Projudi	
Tutorial sobre análise de suspeita de prevenção no Projudi	
Tutorial sobre análise de juntadas no Projudi	
Tutorial sobre análise de decurso de prazo no Projudi	
Tutorial sobre juntada de documentos no Projudi	

Tutorial sobre como ordenar cumprimentos no Projudi	
Tutorial sobre ocultação de visibilidade externa e invalidação de movimentação no Projudi	
Tutorial sobre a utilização da função lembretes no Projudi	
Tutorial sobre cadastro de localizadores no Projudi	
Tutorial sobre expedição de edital no Projudi	
Tutorial sobre expedição de ofício no Projudi	
Tutorial sobre malote digital e mensageiro	
Tutorial sobre o uso de sistemas conveniados	
Tutorial sobre expedição de certidão explicativa no Projudi	
Tutorial sobre expedição de mandado judicial no Projudi	
Tutorial sobre expedição de carta precatória no Projudi	
Tutorial sobre cadastro de depósitos judiciais no Projudi	
Tutorial sobre confirmação de levantamento de depósitos judiciais no Projudi	
Tutorial sobre consulta de conta judicial	
Tutorial sobre registro e levantamento de penhora no Projudi	
Tutorial sobre o cadastramento de penhora no rosto dos autos no Projudi	

29/09/2021

Fernanda Travaglia de Macedo

Juíza de Direito

- (1) Lei 9.099, art. 19 § 2º: As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação.
- (2) Enunciado 117 do FONAJE - É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro - Vitória/ES).
- (3) Enunciado 142 do FONAJE (substitui o Enunciado 104) - Na execução por título judicial o prazo para oferecimento de embargos será de quinze dias e fluirá da intimação da penhora (XXVIII Encontro - Salvador/BA).